

ASPECTOS GEOGRÁFICOS E PROBLEMAS DA REGIÃO DE CORUMBATAÍ

PASQUALE PETRONE

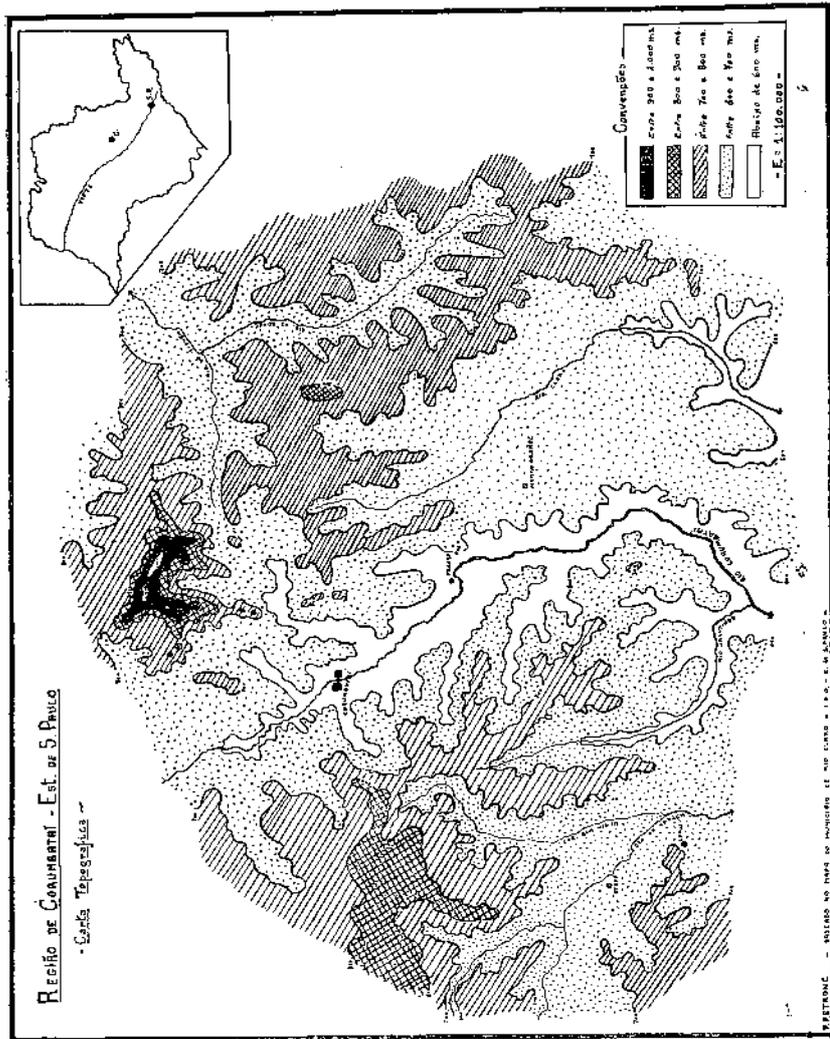
O município de Corumbataí, recentemente desmembrado do de Rio Claro, no Estado de São Paulo, encontra-se a NNO da capital paulista, de que dista cerca de 220 km. Seu nome lembra o de um dos afluentes do rio Piracicaba. Em 1950, sua população não chegava a 4 mil habitantes.

O prof. PASQUALE PETRONE, sócio cooperador da A.G.B. e atual secretário da seção regional de São Paulo, é licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e professor de Geografia num dos estabelecimentos de ensino secundário da capital do Estado. Estudando a região em detalhes, elaborou o presente ensaio, que mereceu a aprovação da VII.ª Assembléia Geral Ordinária da A.G.B., reunida em Campina Grande (janeiro de 1952).

I. O "HABITAT" RURAL

Generalidades. — De modo geral, o relêvo da região é pouco movimentado; constituem exceções os trechos em que aparece o basalto, que condiciona a existência de uma topografia mais acidentada, caracterizada pela presença de escarpas e testemunhos (geralmente nas divisas do município).

A topografia é suave, com encostas pouco inclinadas que vão formar pequeninas "chapadas" no topo, muitas vezes dando a impressão de um relêvo com presença de formas tabulares. Essas encostas vão terminar nas várzeas formadas pelos pequenos rios e ribeirões da bacia do rio Corumbataí, várzeas essas que são planas, desproporcionalmente amplas em relação aos rios que as atravessam e inundáveis facilmente. Nas partes mais baixas e nas encostas das colinas dominam as rochas da série Passa Dois, com seus argilitos, folhelhos,



PAULISTANIC - SERVIÇO DE MAPAS TOPOGRÁFICOS - 1:50.000 - 190.000 - 190.000 - 190.000

etc.; excetuam-se as várzeas de formação atual. Sobre as rochas da série Passa Dois, no tópo das colinas, formando as pequeninas "chapadas", temos o arenito Piramboia, a camada inferior do arenito Botucatu. Finalmente, nas escarpas e testemunhos que avivam o relêvo regional, encontramos o arenito cólico Botucatu, com as camadas basálticas.

As habitações, em geral, localizam-se na meia-encosta. Normalmente estão mais ou menos próximas de nascentes (de 100 até 500 metros de distância). Parece haver, em certos casos, uma relação entre o nível em que estão as habitações e o nível de contato do Piramboia com a série Passa Dois. No caso de não existirem nascentes na vizinhança, a habitação sempre está localizada em um ponto não muito distante de um córrego.

O "habitat" é disperso; as casas estão distanciadas umas das outras 500, 1.000 e mais metros. Raramente encontramos alguma habitação nas várzeas. Quando as colinas são mais baixas, as habitações localizam-se no alto, num nível que corresponde, "grosso modo", ao da meia-encosta das demais. Tudo indica que as várzeas e as partes mais baixas das encostas não possuem casas devido, pelo menos, às seguintes condições:

1.º — escôlha de um sítio suficientemente alto para abrigar-se das inundações que, na região, assumem proporções impressionantes em relação ao pequeno tamanho dos cursos d'água.

2.º — sítio não muito distante da água.

3.º — localização das casas próximo às nascentes.

A essas condições, deve ser acrescentada mais a seguinte: nas partes em que aparecem solos resultantes da decomposição do basalto ou, pelo menos, solos misturados (geralmente nas partes mais altas e trechos de meias-encostas superiores) existiu, no passado, a cultura do caféiro; nas partes em que predominam solos arenosos (geralmente mais baixos), localizam-se os pastos e algumas culturas temporárias. A casa, quase sempre, foi construída entre a parte alta, com cafesais, e a parte baixa, com culturas temporárias ou pastos (Para distribuição das propriedades, veja-se a planta do Núcleo "Jorge Tybiriçá").

Extensão das propriedades — No município de Corumbataí predominam as pequenas propriedades; em um total de 303, existentes em 1949,

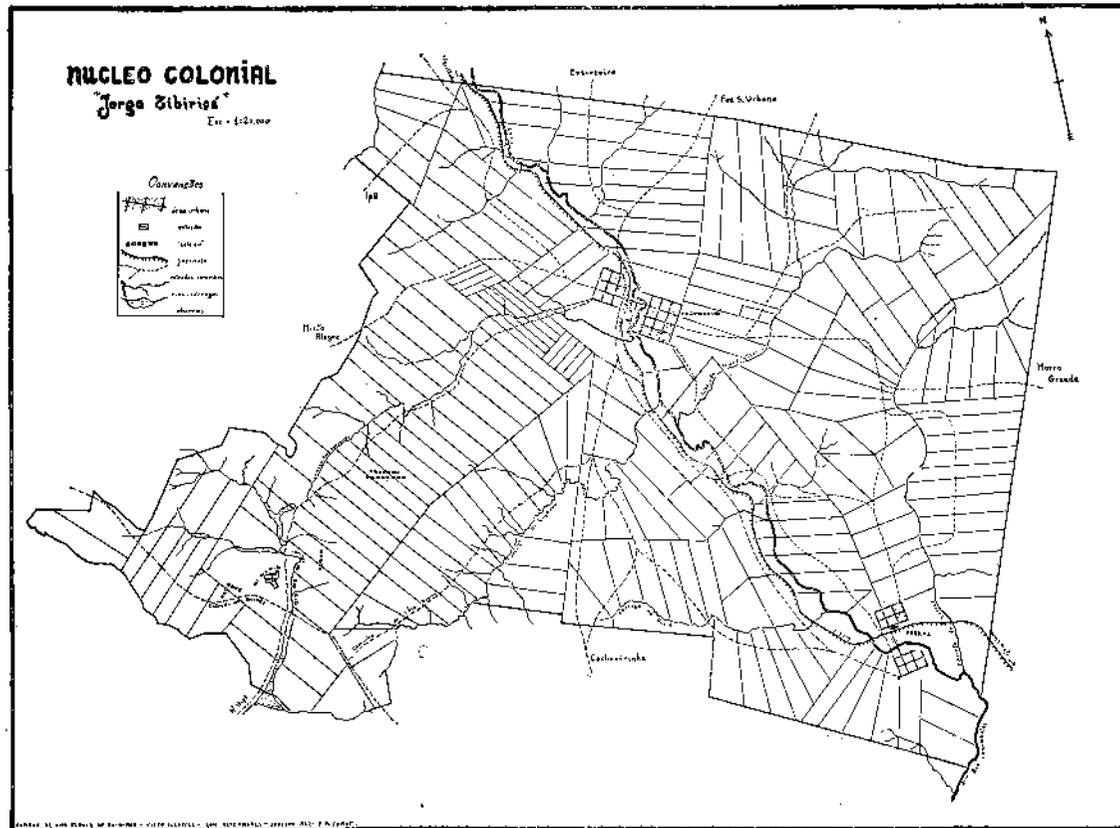


Fig. n.º 2

39	possuíam	superfície	entre 1 e 5 alqueires;
141	"	"	entre 6 e 10 alqueires;
25	"	"	entre 11 e 15 alqueires;
25	"	"	entre 16 e 20 alqueires;
47	"	"	entre 21 e 50 alqueires;
26	com mais de 50 alqueires.		

Das propriedades entre 6 e 10 alqueires, a esmagadora maioria é constituída pelas que possuem 10 alqueires justos; entre as propriedades com mais de 50 alqueires há uma, verdadeira exceção, nas divisas com o município de Analândia, com mais de 1.000 alqueires.

Devemos lembrar que a área total dessas 303 propriedades é de 9.020,25 alqueires (21.648,6 hectares). Excluindo-se as propriedades com mais de 50 alqueires, que ocupam 57,5 % da superfície total, são aquelas entre 21 e 50 e entre 6 e 10 alqueires as que ocupam maiores áreas com, respectivamente, 17,7 % e 14,3 % do total.

Não existe no município de Corumbataí uma área caracterizada pela presença de grandes propriedades; estas somente são encontradas em locais distantes sete e mais quilômetros da sede do município ou então nas divisas com municípios vizinhos (Analândia, Rio Claro, Leme).

Para melhor compreensão da distribuição das propriedades de acordo com a superfície, é necessário lembrar que:

1.º — excluimos destas considerações as propriedades, quase sempre muito próximas de Corumbataí, com menos de 2 alqueires;

2.º — consideramos como sendo "propriedade", para efeito de verificação do retalhamento do solo, também as terras exploradas, por tempo mais ou menos longo, por arrendatários.

Com o quadro que se segue podemos ter uma idéia mais completa do que acabamos de expôr.

TAMANHO DAS PROPRIEDADES — 1950

	1.º Setôr		2.º Setôr		3.º Setôr		4.º Setôr		Município	
	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%
de 1 a 5*	8	9,6%	15	19,3%	10	10,7%	6	11,7%	39	12,8%
de 6 a 10	28	33,7%	37	48,6%	54	58,0%	22	43,1%	141	46,5%
de 11 a 15	7	8,4%	8	10,5%	8	8,5%	2	3,9%	25	8,2%
de 16 a 20	10	12,0%	5	6,5%	2	2,1%	8	15,6%	25	8,2%
de 21 a 50	22	26,5%	6	7,8%	10	10,7%	9	17,6%	47	15,5%
mais de 50	8	9,6%	5	6,5%	9	9,6%	4	7,8%	26	8,5%
Total	83	—	76	—	93	—	51	—	303	—

* — alqueires.

T — total de propriedades em cada setôr.

% — percentagem de cada grupo de propriedades em cada setôr.

	1.º Setôr	2.º Setôr	3.º Setôr	4.º Setôr	Município	
de 1 a 5*	32,75+	53,5	43	30	159,25	1,7%
de 6 a 10	271	313,75	504	202	1.290,75	14,3%
de 11 a 15	83	100	105	28	316	3,5%
de 16 a 20	189	98	36	150	473	5,2%
de 21 a 50	727	170,5	398	303,5	1.599	17,7%
mais de 50	1.097	514	2.922	660	5.193	57,5%
A. M.	27,5	17,75	43	27	29,75	

* — alqueires.

+ — total em alqueires.

A. M. — área média em cada setôr e no município.

Nota — O 1.º Setôr compreende a região do município, com centro em Itapê; a região é cortada pela "Companhia Paulista" e limita-se com Itirapina e Rio Claro.

O 2.º Setôr compreende uma faixa que corta o município de norte a sul, na parte central; é a região atravessada pelo ramal de Analândia e banhada pelo rio Corumbataí; é nessa região que está situada a sede do município. Limita-se com Analândia, ao norte, e Rio Claro, ao sul.

O 3.º Setôr compreende uma parte do município limítrofe com Analândia e Leme.

O 4.º Setôr compreende a região oriental do município; limita-se com Leme e Rio Claro.

Preços das propriedades. — Indagando entre os moradores da zona rural do município e os habitantes da sede, descobrimos que atualmente o preço médio do alqueire na região varia entre 4 e 5 mil cruzeiros.

Quanto à evolução do valor das terras, pudemos verificar o seguinte:

Por volta de 1922-1923, o preço médio por alqueire era de 500 a 600 cruzeiros. No ano de 1924, uma propriedade foi vendida por 50 mil cruzeiros a serem pagos até 1942; a área dessa propriedade era de 60 alqueires. Embora o alqueire, neste caso, viesse a valer 1.200 cruzeiros, esse preço era relativamente baixo se considerado o longo prazo de pagamento. Por volta de 1928, o preço do alqueire alcançou cifras entre 600 e 2.000 cruzeiros; uma propriedade de 32 alqueires foi comprada por 15.000 cruzeiros; uma de 130 alqueires por 60.000 cruzeiros. Naturalmente, a variação do preço por alqueire dependia da localização e da qualidade das terras.

A maior valorização é posterior a essa época, embora nos anos de 1929, 30, 31, 32 tenha sofrido um decréscimo devido à crise econômica.

A valorização das terras da região não parece ser uma valorização intrínseca da propriedade; tudo parece indicar que a valorização do mil réis e, mais tarde, do cruzeiro tenha influído decisivamente no aumento do valor absoluto da propriedade. Considerada a desvalorização do cruzeiro e a queda econômica da região, assim como o esgotamento dos solos (fatos que verificaremos adiante), quase poderíamos afirmar, senão fosse a falta de dados estatísticos, que o valor da propriedade decresceu.

É preciso lembrar que, hoje em dia, a passagem pelo município da rodovia estadual Rio Claro-São Carlos, na zona entre Corumbataí e Itapê (setôres 1 e 2), valorizou bastante as terras por ela atravessadas.

A casa rural. — As habitações rurais dessa área normalmente obedecem a uma das três plantas incluídas no presente trabalho.

São construídas com tijolos; não encontramos nenhuma casa de pau-a-pique, barreada ou não, taipas ou outro material de construção. A maior parte delas é recoberta com telhas portuguesas; algumas, pouquíssimas, o são com telhas francesas (casas construídas recentemente ou reformadas). O telhado é quase sempre de duas águas; não existe fôrro. Os alicerces são feitos com blocos de diábase, sobre os quais assenta uma fileira de tijolos, muitas vezes substituídos por barrotes de madeira, que sustentam as paredes. As paredes internas, de meio tijolo, não chegam até o telhado mas somente até à altura das paredes da fachada. Não vimos vidraças nas janelas dessas casas. O piso da maioria delas é de tijolos. Algumas delas possuem piso de terra batida. Na maioria das vezes, não existem portas internas, mas apenas passagens de uma dependência à outra, com umbrais, protegidas ou não por cortinas de pano. Existem sempre, no mínimo, dois quartos; são mais comuns as que possuem

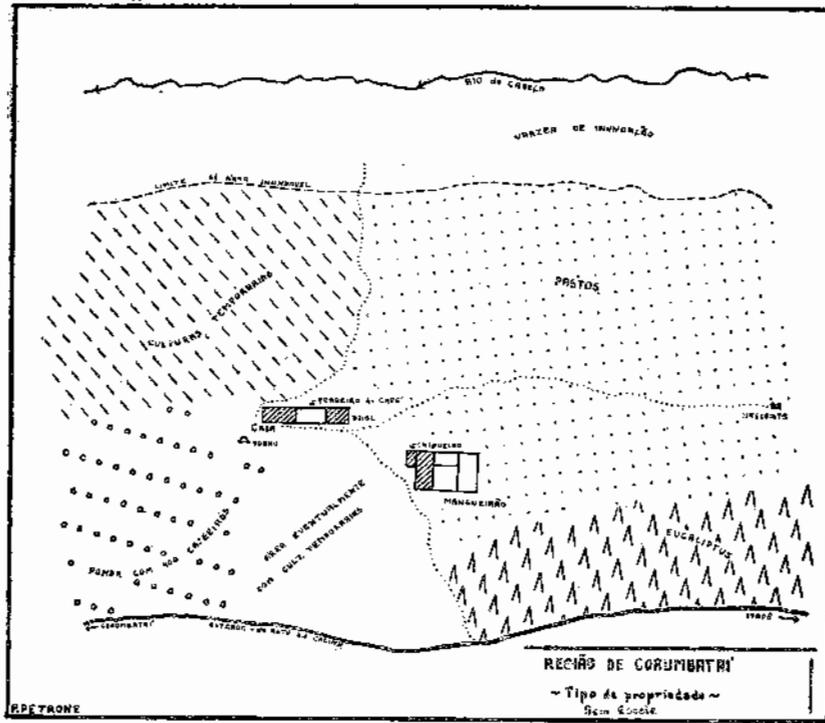


Fig. n.º 3

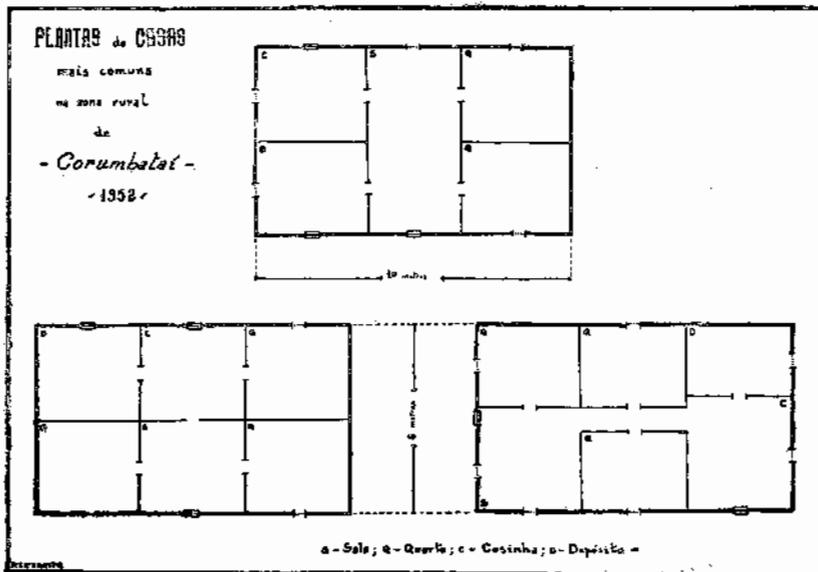


Fig. n.º 4

três quartos. Além disso, surgem uma sala onde se recebem as visitas, onde normalmente são feitas as refeições e onde a dona de casa costura; uma cozinha com saída independente e um depósito onde são guardados os arreios, sacarias de mantimentos, etc.

De modo geral, a casa representa bem a região, quer pelo material de construção (facilidade de obtenção de argila e diabase nas vizinhanças), quer pela função de suas dependências, quer pela sua apresentação, indicativa da presença de uma população com um nível de vida relativamente alto, considerado o fato que se trata de habitações de zona rural.

Esse tipo de habitação é o mesmo, quer sirva a um proprietário, quer sirva a meeiros, administradores, etc. Essa uniformidade pode ser explicada pelo fato de quase todas as casas terem sido, de início, construídas para que servissem de moradia aos proprietários.

As dependências. — Na maior parte das propriedades visitadas, as principais dependências são as seguintes:

- 1 — A casa na meia-encosta;
- 2 — O pomar, geralmente localizado nas proximidades da casa e na parte situada acima da meia-encosta;
- 3 — Ao lado da casa, afastado 30 a 50 metros, o mangueirão; em propriedades leiteiras ou de gado bovino, encontramos estábulo, pequeno telheiro para a ordenha;
- 4 — Em local próximo à casa, geralmente ao mesmo nível da habitação ou na parte mais alta da encosta, temos as áreas dedicadas às culturas de subsistência ou temporárias de exploração;
- 5 — A partir do mangueirão, para a parte mais baixa da encosta, ou ocupando toda a encosta em um dos lados da casa, temos um pasto de superfície variável, com côcho para o gado.

Evidentemente, a existência dessas dependências e a sua disposição pela propriedade não são rígidas. Algumas propriedades possuem paiol; poucas possuem chiqueiro; muitas, as maiores, possuem telheiro para carroças e cocheira.

Quando as propriedades possuem plantações de eucaliptos, éstes normalmente localizam-se numa parte alta, de terreno mais seco.

É interessante notar que quase todas as propriedades possuem fornos para a feitura do pão. Parece ser influência italiana ou espanhola.

No caso da propriedade possuir cafesal (nas partes altas com presença de solos mais ricos — basalto, e nas encostas com solos misturados), existe quase sempre um terreiro de tamanho variável.

Vimos um pequeno "terreiro", ao lado de uma casa, com cerca de 40 metros quadrados de superfície. Naturalmente, os terreiros não podem ser muito grandes, pois, excetuadas poucas propriedades cujos cafezais rendem para o comércio, a maioria das que possuem essa cultura não produzem mais que o necessário para o consumo.

Para termos uma noção melhor sobre as propriedades da região, fizemos um esboço de uma propriedade-tipo, que figura no presente trabalho (Fig. n.º 3).

II — O POVOAMENTO E SUA EVOLUÇÃO

Sem dúvida, é bastante sugestiva a evolução da região de Corumbataí.

Por volta de 1821, teve início o povoamento da região, com a doação de uma sesmaria ao capitão Francisco da Costa Álvares. Essa sesmaria tornou-se conhecida como "Sesmaria dos Costas" e compreendia, mais ou menos, a atual superfície do município de Corumbataí.

Posteriormente, essa sesmaria foi dividida e, juntamente com áreas vizinhas, passou a formar um conjunto de grandes fazendas.

De início, a região foi explorada através do velho e rotineiro sistema de derrubadas e queimadas. Foi o tempo da monocultura cafeeira. O sistema de exploração era o mesmo das grandes fazendas de café em geral. A população predominante era a branca, alguns colonos estrangeiros (italianos) e alguns negros e mestiços. Essa situação, de grandes propriedades monocultoras, perdurou até o início do século atual.

No início do século XX, as tentativas de colonização por iniciativa de particulares ou do governo do Estado tiveram uma forte repercussão na região; para isso, muito contribuiu a situação dos cafezais, os quais já se encontravam em pleno processo de decadência.

No dia 9 de janeiro de 1903, o "Diário Oficial" do Estado de São Paulo publicou, juntamente com outros documentos, os Estatutos da Companhia "Pequena Propriedade"; de acordo com o art. 1.º desses Estatutos, as finalidades da companhia eram: "Adquirir terras e fazendas apropriadas à fundação de Núcleos ou Colônias, para em seguida vendê-las, devidamente subdivididas em lotes, tanto a nacionais quanto a estrangeiros, promovendo dessa maneira o desenvolvimento da pequena propriedade".

O primeiro ato da companhia foi a compra de terrenos, num total de pouco mais de 4.000 hectares; essa transação foi efetuada em abril de 1903, em sua maioria no "Banco Hipotecário do Rio de Janeiro", pelo preço de 82 contos de réis.

Antes de serem compradas pela companhia, a maior parte dessas terras constituía a "Fazenda de São José do Corumbataí", uma das grandes propriedades criadas no século passado, situada aproximadamente a 15 quilômetros de Rio Claro e atravessada, em mais de 12 quilômetros, pela ferrovia.

Desenvolvido o núcleo colonial principalmente com italianos, essas terras vieram a se chamar, até 1905, "Colônia Garibaldi".

Entretanto, o sucesso da companhia foi muito relativo. Tanto é verdade que, em 25 de março de 1905, o governo do Estado adquiriu cerca da metade das terras da companhia (mais ou menos 2.000 hectares), pelo preço de 100 contos de réis. Como vemos, apesar de tudo houve valorização bastante grande em poucos anos.

As terras adquiridas pelo governo foram subdivididas, formando o "Núcleo Colonial Dr. Jorge Tybiriçá" (vêr planta do núcleo).

Entre 1918 e 1923 (*), outras terras, tais como as das fazendas "Boa Vista", "Monte Alegre", "Sanl'Anna", também foram subdivididas, em lotes de 10 alqueires, os quais foram vendidos a colonos, principalmente estrangeiros.

A principal consequência desses fatos foi que a região, anteriormente dominada por grandes propriedades, passou a ser bastante retalhada e, em decorrência disso, veio a ser dominada pela pequena propriedade.

Os lotes foram vendidos principalmente a colonos italianos, mas também a espanhóis, portugueses, russos, holandeses e alemães; alguns colonos conseguiram comprar mais de um lote. Data dessa época a predominância, na região, do elemento italiano, seguido pelo espanhol.

De área monocultora, a região passou a ser policultora. Muitos foram os produtos que tiveram seu cultivo iniciado, além do café que continuava a existir um pouco em todo lugar (parte resultante dos antigos cafésais retalhados e parte resultante de formação de novos, embora pequenos cafésais). Entre esses produtos devemos destacar o arroz, a cebola, o alho, o milho, a batata, o algodão, a mandioca e, mais, o cultivo da laranjeira e da amoreira.

Com isso, a região atravessou uma fase de intensa prosperidade. Seus produtos eram vendidos através de Corumbataí.

Para termos uma idéia da situação, em tal período, vejamos como a região se apresentava por volta de 1927-1930, conforme dados colhidos entre moradores da região:

Toda a região estava fragmentada em pequenas propriedades, a maioria das quais possuía entre 5 e 10 alqueires. O valor das propriedades ainda era relativamente baixo; a venda de terras nem sempre era efetuada total-

(*) Em 1923, o Núcleo foi emancipado.

mente a dinheiro; uma parte, geralmente a metade, era a dinheiro, e a outra parte era paga a prazo ou com o produto da terra. Dominava a policultura. Cultivava-se algodão, batatinha, amoreira, arroz, milho, feijão. Algodão, batatinha e amoreira eram culturas de exportação; o arroz em alguns casos também o era; o milho e o feijão eram culturas de subsistência.

A cultura da amoreira, para a criação do bicho da seda, estava extraordinariamente desenvolvida. A produção fora incentivada, a partir de 1925-1926, por uma organização italo-belga de Campinas, que fornecia os elementos para a criação. Os lavradores eram obrigados a vender o produto a essa organização.

Ao lado desses produtos, a maioria das propriedades possuía café; cafés velhos, bastante falhados e com rendimentos relativamente baixos; alguns lavradores não se limitavam a tratar dos antigos cafés e replantavam, embora em pequena escala.

A lavoura era a base da economia rural, predominando as culturas temporárias.

A criação de gado era exceção; existia apenas uma grande propriedade leiteira, com produção de queijo e manteiga.

A produção rural era vendida em São Paulo, Campinas, Rio Claro e Corumbataí.

O beneficiamento de algodão, arroz e café era efetuado em Corumbataí.

O transporte dos produtos do campo, dos sítios para Corumbataí, era efetuado por intermédio de carros de boi e carroças. De Corumbataí para os centros de consumo, por ferrovia. O transporte do material para a criação do bicho da seda e o do seu produto não era onerado por fretes na ferrovia.

Por volta de 1930-1931, teve início uma nova transformação. A grande crise cafeeira, aliada ao trabalho da erosão e esgotamento das terras, à broca e à queima do café, fizeram com que os poucos cafés que restavam fossem paulatinamente abandonados, para isso influenciando bastante o pouco rendimento e, principalmente, a queda dos preços. Sobraram apenas conjuntos de 1.000 a 10.000 pés de café, com rendimentos medíocres. Segue-se a essa definitiva queda do café como cultura de exploração, o abandono das amoreiras por volta de 1941-1942 e, na mesma época, a diminuição da cultura do algodoeiro. Para a queda do cultivo da amoreira, influenciou a baixa dos preços; para a do algodoeiro, influenciaram as doenças e o esgotamento das terras. Ao lado desses produtos também a batatinha sofreu forte decréscimo de produção, a partir mais ou menos de 1930.

Para que tal situação se estabelecesse, muito influenciaram os seguintes fatores:

1 — o rápido esgotamento do solo, facilitado pela presença de áreas reduzidas de solos ricos e pela falta de cuidado por parte dos agricultores;

2 — a erosão, muito ativa, não combatida pelo agricultor, contribuindo decisivamente para o total desaparecimento, na maior parte da região, do solo arável;

3 — o êxodo rural, decorrente, que por sua vez acelerou o processo de decadência da região.

As terras arenosas, ali dominantes, possuem camadas não muito profundas de solo arável, que logo se esgota e é lavado com facilidade pela erosão. A falta de recursos dos lavradores tem contribuído para que o homem se coloque à mercê desses fatores. Dada a sua importância, trataremos da erosão à parte.

Nos últimos 10 anos, nova transformação vem se verificando na região. As propriedades tendem a se reagrupar, como consequência do parcial abandono da policultura; esta transforma-se principalmente em cultura para o consumo.

A partir de 1943-1944, teve início a formação de pastos (invernadas para o gado leiteiro), o que contribui para o reagrupamento das propriedades. A criação de vacas leiteiras intensificou-se, estando hoje em plena prosperidade. Grande número de lavradores passou a criadores e a comerciar com o leite. Os "meeiros", comuns até então, desapareceram; sobraram poucos "terceiros".

Ao lado dos pastos, apareceram e alastraram-se os eucaliptais; é rara a propriedade sem eucaliptos, principalmente para a lenha.

Portanto, de modo geral, podemos resumir a evolução da região de Corumbataí da seguinte forma:

De 1821 até 1903 — Zona de grandes propriedades; monocultura cafeeira, que prosperou enquanto os solos possibilitaram alto rendimento nos cafezais;

De 1903 até 1918 — Período de transição; os cafezais já estavam decadentes; houve um primeiro retalhamento das terras e começa a policultura; início da colonização estrangeira;

De 1918 até 1930 — Zona de pequenas propriedades; policultura; nova fase de prosperidade para a região;

De 1930 até 1940 — caracterizada pela absoluta decadência da região;

De 1940 aos nossos dias — Reagrupamento das propriedades; transformação das áreas de culturas em pastos; plantação de eucaliptos; policultura de subsistência; prosperidade relativa, graças ao comércio de leite.

III — OCUPAÇÃO DO SOLO

Generalidades. — A paisagem cultural atual da região de Corumbataí é a resultante natural da evolução que acabamos de sintetizar. Em consequência, as propriedades da região obedecem a determinados padrões condicionados por essa evolução.

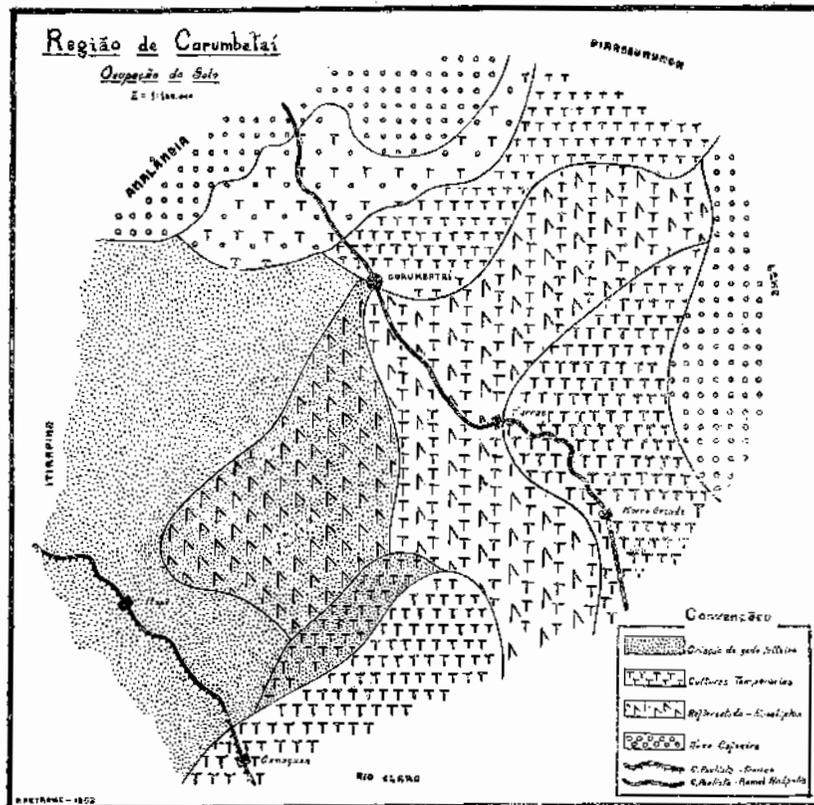


Fig. n.º 5.

De fato, quer através do estudo das fichas do recenseamento da produção rural efetuado pela prefeitura de Corumbataí no ano de 1950, quer através de observações efetuadas em excursões pela região, chegamos aos seguintes resultados, que bem representam as propriedades-tipos:

Das 303 propriedades existentes no município, cerca de 100 são policultoras com predominância de culturas temporárias. Nelas cultivam-se o algodão, a batatinha e às vezes o arroz, para venda; o milho, o feijão e o arroz são produtos cultivados para o consumo. Essas propriedades sempre possuem pastos, sendo que, em raríssimos casos (3 ou 4), vende-se eventualmente gado bovino.

Cêrca de 25 propriedades exploram as culturas temporárias, sendo portanto policultoras; possuem uma pequena área dedicada a pasto; possuem plantações de café, bananeiras ou laranjeiras que, eventualmente, fornecem produtos para o comércio.

Sessenta e uma propriedades são caracterizadas pela criação de gado leiteiro. Aproximadamente 2/3 dêsse total possuem áreas dedicadas a culturas temporárias para o comércio ou para o consumo; as propriedades restantes possuem plantações de eucaliptos.

Oitenta e uma propriedade dedicam-se à plantação de eucaliptos mais que a qualquer outra atividade. A maioria delas normalmente possui culturas temporárias para o comércio ou consumo; geralmente dispõem de um pequeno pasto. Algumas, cêrca de 1/4 do total, dedicam parte de suas áreas ao cultivo da batatinha e do algodão; podem possuir pequenos cafezais.

Como podemos observar, praticamente todas as propriedades reservam parte de suas áreas para as culturas temporárias; entretanto, não são todas que exploram essas culturas para o comércio. Aproximadamente 1/3 das propriedades do município possuem culturas temporárias para o comércio. De resto, pode ser verificado que as propriedades da região possuem tendência a formar três tipos principais de acôrdo com as principais atividades nelas desenvolvidas: propriedades policultoras de culturas temporárias, propriedades de criação de gado leiteiro e propriedades que se dedicam à plantação de eucaliptos.

A distribuição dêsses diferentes tipos de propriedades não é uniforme nas diversas partes do município. Embora muitas vezes elas se interpenetrem, podemos caracterizar algumas áreas em que predominam determinadas atividades e, conseqüentemente, determinadas propriedades.

Na parte ocidental do município, onde dominam os solos arenosos, a principal atividade econômica é a criação do gado leiteiro. Segue-se em importância a exploração dos eucaliptais. São atividades logo denunciadas pela paisagem, caracterizada pela presença constante dos pastos e pelos eucaliptais.

No sul e na parte oriental do município, assim como nos arredores de Corumbataí, dominam, como atividade econômica, as culturas temporárias. Zonas onde os solos argilosos coexistem com solos arenosos, aí dominam os arrozais, milharais, algodoais. A exploração do eucalipto também está presente, assim como a criação do gado.

No extremo norte, nas divisas com Analândia, e a leste, nas divisas com Leme, encontramos, ao lado das culturas temporárias

(quasi sempre para o consumo), os maiores cafezais da região, aproveitando-se da terra rôxa e dos solos misturados.

Para serem completados os elementos vistos até agora com relação às atividades regionais e com relação à sua distribuição, passaremos a apresentar alguns quadros estatísticos:

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL DAS DIVERSAS
PROPRIEDADES --- 1950

	1.º Setôr	2.º Setôr	3.º Setôr	4.º Setôr	Totais
N.º de Propriedades	83	76	93	51	303
Proprietário	44	50	70	35	199
"Terceiro"	12	10	12	8	42
Administrador	16	2	11	6	35
Arrendatário	1	2	—	—	3
Outros (*)	10	12	—	2	24

(*) Sócios, ocupantes, meeiros, co-proprietários, capatazes.

Pelo quadro acima, pode-se verificar que a esmagadora maioria das propriedades da região é explorada pelos proprietários. Com exceção do "terceiro", forma de parceria que aparece mais, todas as outras modalidades (a meia, a quarta, etc.) praticamente não existem. É interessante notar a importância do administrador; na região, o administrador parece ser uma decorrência de hábito arraigado desde a época de predomínio das propriedades cafeeiras.

APROVEITAMENTO DA TERRA — 1950

	1.º Setôr	2.º Setôr	4.º Setôr	3.º Setôr	Totais
N.º de Propriedades	83	76	93	51	303
Cult. temporárias (*)	275	244	282	264	1.065
Cult. permanentes ..	26	39	35,5	65,5	166
Pastagens	1.495	852,25	2.020,5	627	4.994,75
Área refflor. (eucal.)	82	61,25	184,5	155	482,75
Área total	2.288	1.394,75	4.008	1.374,5	9.020,25

(*) As cifras, com exceção do número de propriedades, referem-se à área em alqueires.

É natural que a área em pastos sobrepuje a ocupada por culturas temporárias, dado que, conforme já vimos, a maioria das propriedades reserva parte de sua área aos pastos. Podemos, entretanto, notar que a superfície reflorestada com eucaliptos é bem maior que a dedicada às culturas permanentes (café, laranja, banana), o que indica bem o valor do eucalipto na região e a queda do café.

CRIAÇÃO DE GADO E PRODUÇÃO DE LEITE — 1950

	1.º Setôr	2.º Setôr	3.º Setôr	4.º Setôr	Totais
Bois e touros ...	2.622	788	4.069	943	8.422
Vacas (*)	522	154	573	145	1.394
Leite (litros)	446.880	96.440	602.500	75.400	1.221.220

(*) Número de vacas ordenhadas.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA -- 1950

	1.º Setôr	2.º Setôr	3.º Setôr	4.º Setôr	Totais
Algodão (arrôbas) ..	1331	702	954	846	3.833
Arroz (sacos)	4664	2484	2116	2557	11.821
Milho (sacos)	4486	3761	3442	4616	16.305
Feijão (sacos)	182	238	254	438	1.112
Batata (sacos)	1970	2991	3202	1567	9.730
Cebolas (arrôbas) ..	—	—	490	—	490
Amendoim (sacos) ..	—	—	36	—	36
Mandioca (quilos) ..	—	2000	—	—	2.000
Banana (caixos) ...	1640	6540	1480	—	9.660
Laranja (caixas) ...	—	980	200	—	1.180
Café (sacos)	899	749	1196	2824	5.668
Café (n.º de pés) ..	53300	31700	46300	120800	252.100
Eucaliptos (pés) ...	370500	232100	1025000	414400	2.042.900

Atividades regionais características. — Já vimos que uma das principais atividades da região é a criação do gado leiteiro, que predomina sobre o gado de corte. Nas estatísticas, o número de bois e touros é bem maior que o de vacas, o que nos poderia dar uma idéia errada sobre a criação na região. É que a maior parte do rebanho bovino da região é encontrada em poucas e grandes propriedades situadas nas divisas municipais, que não representam o tipo comum de propriedades locais.

Geralmente, as pastagens não são bem cuidadas; predominam na região os pastos naturais. Quando o pasto é preparado, limpa-se e roça-se o terreno, plantando-se milho; em seguida, utilizando-se o arado, planta-se o capim. Encontramos propriedades com capim "jaraguá", "gordura" e "cabeça de negro", variedade de "gordura". O "jaraguá" é plantado de preferência na terra rôxa e o "gordura" na arenosa. O "cabeça de negro" tem uma altura de 30 a 40 cms, sendo muito apreciado porque não endurece, resiste bem ao pisoteio do gado e encarrega-se por si próprio de se alastrar pelas vizinhanças quando, em setembro, o vento espalha pelos arredores as suas sementes. Como já dissemos, esses pastos preparados não são numerosos e também não são muito extensos. A criação, portanto, é efetuada em bases bastante rudimentares; não há nenhuma orientação para selecionar-se o gado, a alimentação é pobre, pois o criador, com exce-

ções, não se preocupa em racionalizá-la. Por outro lado, o gado está sujeito à aftosa e ao berne, principalmente. Os cascos são atacados particularmente na época das chuvas; o casco, apodrecido em parte, é lambido pela vaca que fica com a língua doente. O berne é comum, principalmente no início das chuvas.

Não existem grandes rebanhos. As vacas leiteiras custam mais que o gado para o corte. Uma vaca leiteira custa de Cr\$ 1.800,00 a Cr\$ 2.000,00. A produção de leite é relativamente pequena, em virtude do trato rudimentar sofrido pelo gado. Normalmente, o rendimento varia entre 3 litros diários por cabeça durante 3-4 meses (menor trato) e 4, 5 e 6 litros diários por cabeça durante 6 meses (melhor trato).

Em regra, o proprietário com sua família é quem trata da criação. Conhecemos apenas duas exceções. Uma em que, pelo fato do proprietário residir em Rio Claro, a propriedade era cuidada por um administrador; e outra em que o gado era tratado por um meeiro, cabendo a este metade do produto da venda do leite.

Os produtores de leite encontram mercado consumidor principalmente em Itirapina e Araraquara; é a "Companhia Nestlé" que compra a maior parte da produção regional, sendo, por isso mesmo, a principal responsável pelo desenvolvimento da criação do gado leiteiro. Cada criador tem uma quota anual para fornecer à Companhia; essa quota é, de início, estabelecida na base da produção de 6 meses de cada criador. Os preços obtidos são: no período das chuvas, quando a produção é maior, Cr\$ 1,50 por litro dentro da quota e Cr\$ 1,80 por litro a mais da quota; na seca, período em que decresce a produção, o preço é de Cr\$ 1,80 o litro.

Os criadores, ou enviam seu produto diretamente para os mercados consumidores (quando suas propriedades ficam situadas nas vizinhanças de alguma estrada de rodagem) ou, então, enviam a produção à sede da "Fazenda dos Padres", no km 273 da rodovia São Paulo-Rio Preto; daí partem os caminhões que carregam o produto para Itirapina. O frete cobrado pelos caminhões é de 15 centavos por litro de leite.

Um outro produto importante e que contribui bastante para caracterizar a paisagem regional é o *eucalipto*.

A plantação de eucaliptos é principalmente incentivada pela "Companhia Paulista de Estradas de Ferro", que adquire a maior parte da produção. Os eucaliptais são plantados de preferência para a obtenção de lenha; muito pouco por enquanto, cerca de 5 % em toda a região, para a obtenção de óleo (*). São plantados de preferência em terrenos secos. A densidade é de 4 eucaliptos em cada dois me-

(*) Existe, nas proximidades de Itapê, uma propriedade cujos eucaliptos são plantados exclusivamente para a extração do óleo de suas folhas.

tros quadrados. Geralmente é o próprio proprietário com a família que faz a plantação. Compram as mudas de um viveiro de Corumbataí. Não existem empreitadas na plantação de eucaliptos. Após cortado, o tóco do eucalipto para a lenha apodrece facilmente, a não ser que tenha mais de 20 anos, quando forma em cerne muito resistente. Somente quando do corte dos eucaliptos é que se empregam diaristas pagos à razão de Cr\$ 5,50 e Cr\$ 6,00 o metro cortado e empilhado. Segundo informes locais, o solo onde se plantou eucalipto, após livre deste, pode ser bem cultivado, pois que se torna bastante fértil por algum tempo.

Os principais produtos para o consumo são o milho, arroz, feijão e mandioca. Muitos lavradores dispõem para o consumo de porcos e galinhas; alguns possuem café e, no pomar, bananeiras, laranjeiras, mangueiras, abacateiros e outras árvores frutíferas. O arroz é principalmente o de espigão. O beneficiamento do arroz é feito em Rio Claro, Corumbataí ou Itapê. Para Rio Claro, o lavrador gasta Cr\$ 3,50 nas máquinas, Cr\$ 8,50 no transporte (ida e volta) pela São Paulo-Rio Preto. O café para consumo, bem tratado, rende 80 a 85 sacos de 40 quilos por 1.000 pés. Já os cafezais maiores, para comércio, com trato pior, rendem de 30 a 40 sacos.

De modo geral, cada propriedade é tratada pelo proprietário e família. Os diaristas só existem para o corte de lenha. Os meeiros, "terceiros", são verdadeiras exceções. Embora a erosão constitua grave problema, nada vimos no sentido de combatê-la. Não há trato para o gado. Utiliza-se para a lavoura o arado e, com menos frequência, grades e outros instrumentos mecânicos. Muitos utilizam adubos, animal — mais frequente — ou químico. Não vimos rotação de culturas ou rotação de terras. As técnicas e sistemas de culturas são portanto atrasadas, fato que chama a atenção em uma região como a de Corumbataí, onde nem a população (geralmente italianos, espanhóis, portugueses, poloneses, alemães), nem a condição em que são exploradas as propriedades (quasi todas pelo proprietário) justificam a não existência de maior cuidado quer na criação de gado, quer no cultivo da terra.

IV — OS AGLOMERADOS HUMANOS

Corumbataí. — A cidade de Corumbataí está situada a 572 metros de altitude (cota da estação ferroviária), à margem direita do rio Corumbataí, sendo a terceira estação a partir de Rio Claro, do ramal de Analândia, da "Companhia Paulista de Estradas de Ferro". Possui 211 domicílios na parte urbana, com 992 habitantes; na parte suburbana, os domicílios são 24, com 114 habitantes; o que perfaz um total de 1.106 habitantes (1950).

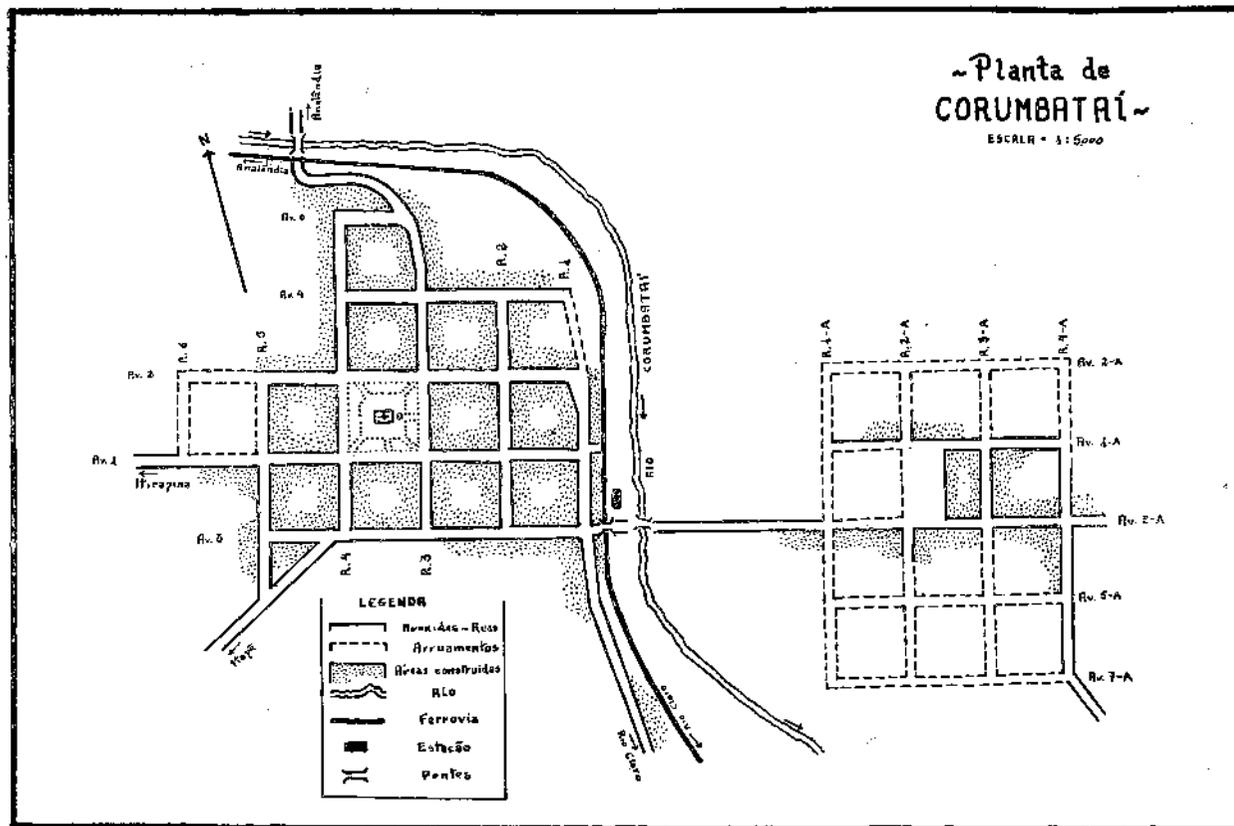


Fig. n.º 6

Quer pelo número de seus habitantes, quer pelo aspecto da aglomeração, quer pelas atividades e funções, Corumbataí não deve ser considerada como cidade propriamente dita; embora seja sede municipal e, portanto, cidade sob o ponto de vista administrativo, Corumbataí não passa de uma grande vila.

Corumbataí fica situada em sua maior área em uma colina, na margem direita do rio Corumbataí, bem próximo à confluência desse rio com o córrego do Lajeado. O núcleo aproveitou-se de uma colina com vertentes muito suaves (as cotas mais elevadas não atingindo 590 metros, estando o rio a 570), sem grandes declividades e bem abrigada das enchentes do rio. O aglomerado é formado por uma dezena de ruas que se cortam em ângulos retos. Embora a maior parte fique na margem direita do rio, já existem arruamentos na margem esquerda, que aproveitam uma outra encosta, originando um novo bairro. Entre essas duas partes, a da margem direita (a principal) e a da margem esquerda, há uma área bastante grande, cêrca de 500 metros de largo, onde não existem habitações, pois corresponde à zona normalmente invadida pelas águas nas épocas de enchentes (Vêr a planta da cidade).

Corumbataí não possui ruas calçadas, nem mesmo as que circundam a praça central, situada na meia encosta superior da colina; todavia, a maior parte das ruas possui passeios calçados e sarjetas. Os passeios são feitos com guias de basalto ou, então, com guias de tijolos revestidos com cimento; o calcamento dos passeios é de tijolos, às vêzes recobertos com fina camada de cimento. As sarjetas são feitas com blocos de basalto, de formatos e tamanhos diferentes. As ruas são abauladas e, graças à declividade suave, são limpas, pois para isso se encarregam as águas das chuvas.

As casas, todas elas térreas, são quase sempre habitadas pelo próprio proprietário. São construídas com tijolos; muitas assemelham-se às habitações rurais por não possuírem fôrro e por apresentarem as paredes internas com altura até à da fachada. Todas elas são antigas, dos 30 primeiros anos dêste século; não existem construções novas, nem mesmo projetos para futuras construções.

As funções de Corumbataí são poucas e pouco importantes. Naturalmente, a principal, apesar de decadente, é a comercial. Tendo em vista possuir uma estação de estrada de ferro, Corumbataí auferê alguns benefícios pelo movimento de mercadorias, pequeno, é verdade, que por ela se processa. Todavia, essa função não justifica a existência do núcleo; mesmo o comércio varejista é pouco importante, tanto é verdade que os habitantes do núcleo se abastecem de calçados, tecidos, em São Paulo, Campinas e Rio Claro; o comércio local está reduzido a armazem de cereais, algumas vendas, botequins (bares).

Corumbataí é sede municipal, o que lhe assegura uma função administrativa. No entanto, em virtude da pobreza do município, não é ela importante. O núcleo possui uma coletoria estadual junto à prefeitura e um cartório. Não existem em Corumbataí bancos ou casas bancárias; também não existem repartições federais.

Quanto aos estabelecimentos de ensino, o núcleo possui um grupo escolar velho e acanhado e um novo em construção, mas com obras paralizadas (janeiro de 1951). Mesmo todo o município possui apenas uma escola típica rural, outra em construção e uma escola rural na Fazenda São José. Há um curso de alfabetização de adultos com pequena frequência; de resto, não existem curso secundário nem escolas particulares. A escassez de escolas, assim como a precariedade das existentes, faz com que muitas crianças em idade escolar matriculem-se em escolas de Rio Claro.

No que se refere à preservação da saúde dos habitantes, a situação não é menos triste: o núcleo possui água encanada; atualmente procede-se aos estudos para a instalação de rede de esgotos; entretanto não há médicos; é o médico de Analândia que, aos domingos, presta seus serviços aos corumbataíenses. Parece que o curandeirismo, muito frequente num passado pouco remoto, foi um forte concorrente dos médicos que já procuraram clinicar no local. As farmácias são duas, não havendo hospitais. Não há nenhuma instituição de assistência social.

Na parte referente à recreação dos habitantes, devemos lembrar a existência de um cinema, um clube desportivo e uma rede de altofalantes.

A função industrial não é mais rica que as demais. Existem no núcleo uma fábrica de martelos, uma serraria, uma fiação de sêda e quatro máquinas de beneficiar arroz.

A fábrica de martelos possui 20 operários, sendo a produção de 10 a 12 dúzias por dia. A matéria prima provém de Volta Redonda. A produção vai ter a São Paulo, donde é distribuída aos consumidores.

Não há no local nenhum elemento que possa indicar um possível desenvolvimento da indústria. Para que essa situação assim permaneça contribuem: 1 — a falta de energia e, principalmente, a falta de segurança para a continuidade da existente; 2 — o fato da localidade ser servida por um ramal da "Paulista" (bitola de um metro, material em condições precárias); 3 — o fato da localidade estar situada de forma a não poder vencer a concorrência de outros núcleos melhor aquinhoados. Portanto, se excetuarmos a possibilidade de melhor exploração de pedreiras de basalto e das camadas de argilas das proximidades, tudo indica que Corumbataí não deve ver na in-

dústria uma possibilidade de desenvolver-se. Anote-se que, com a melhoria das atividades agrícolas, o núcleo poderá desenvolver pelo menos aquelas atividades industriais ligadas à agricultura regional.

Corumbataí está estacionária; sob certos aspectos está decadente. Esse fato é atestado pelo que acabamos de expôr; muitos outros são, entretanto, os indícios dessa decadência. Próximo da estação existia uma cerâmica: da sua importância, na região, poderão atestar as 22 casas construídas especialmente para moradia dos operários; hoje, o estabelecimento está paralizado e das 22 casas apenas 3 estão habitadas. Ainda próximo da estação existem duas máquinas de beneficiar algodão, em prédios que ocupam todo um lado de um quarteirão. Também essas máquinas estão abandonadas, em virtude da decadência dos algodoeiros da região.

Sem ter sido no passado um centro muito importante, Corumbataí atingiu, entretanto, um nível que espelhava o progresso da região; hoje, graças às transformações de toda ordem sofridas pelos arredores, o núcleo se ressentiu e, embora paradoxalmente elevado recentemente à categoria de município, apresenta-se como centro decadente, sem vida.

Itapê. — Um exemplo de núcleo regional secundário é Itapê. É a terceira estação a partir de Rio Claro, na linha tronco da "Paulista". Fica a 590 metros de altitude. É formado pela estação, 6 casas de empregados da ferrovia, duas casas comerciais e cerca de 20 casas distribuídas por 5 arruamentos. Situa-se na encosta suave da vertente da margem direita do rio Cabeça. A população vive da ferrovia (os habitantes das primeiras 6 casas), da lavoura, do corte de lenha e de serviços diversos. Existe um carreiro, como a lembrar o tempo em que o transporte regional era efetuado por meio de carros de boi. A maior parte trabalha como diarista, recebendo a séco Cr\$ 20,00, 25,00 ou 30,00 por dia. Os que cortam lenha recebem Cr\$ 5,50 por metro de lenha cortado (perto de Corumbataí recebem Cr\$ 6,00, conseguindo Cr\$ 30,00 por dia).

Existe no povoado u'a máquina de beneficiar arroz. O povoado não possui médico. Nos últimos anos, muitos habitantes demoliram suas habitações e, aproveitando o material, foram reconstruí-las na zona rural próxima de Rio Claro ou de Santa Gertrudes (novo município, ex-distrito de Rio Claro).

Também em Itapê, portanto, temos elementos indicadores da decadência em que se encontra toda a região.

"Fazenda dos Padres". — Uma localidade que parece estar destinada a se tornar um centro de importância regional é a "Fazenda dos Padres".

Esta fazenda está localizada mais ou menos a meio-caminho entre Itapê e Corumbataí; além disso, a rodovia São Paulo-Rio Preto cortou suas terras justamente ao lado da sede. Em virtude dessa localização, num cruzamento de vias, a fazenda adquiriu a função de pequeno entrepôsto, ponto de referência de boa parte da região.

Essa posição pode ser constatada pelo seguinte: de Rio Claro, uma "jardineira" (ônibus) efetua duas viagens diárias até à fazenda (é necessário lembrar que a "jardineira" não se limita a transportar passageiros, mas também encomendas, de ou para Rio Claro); é para a fazenda que vai ter a produção de leite dos arredores (num raio variável de aproximadamente quatro quilômetros), sendo daí enviada por caminhão para Itirapina e outros centros consumidores; existe na fazenda uma escola rural.

Como vemos, graças ao desenvolvimento da rodovia, a "Fazenda dos Padres" provavelmente tornar-se-á o núcleo inicial de um pequenino aglomerado.

V — O PROBLEMA DAS COMUNICAÇÕES

Antes da existência da rodovia São Paulo-Rio Preto, quase toda a região do município possuía em Corumbataí o seu centro regional. Uma pequena parte do município servia-se da estação de Itapê, na linha tronco da "C. Paulista" e outra pequena parte da estação de Ferraz, no ramal de Analândia da mesma ferrovia.

Os lavradores enviavam sua produção para essas estações, donde, por ferrovia, ia ter aos mercados consumidores. Por outro lado, os mantimentos de que tinham necessidade, assim com aparelhos e instrumentos para a lavoura, ou eram adquiridos em Corumbataí ou então em Rio Claro, via Corumbataí. De três anos para cá, com a construção da rodovia São Paulo-Rio Preto, a situação modificou-se. Esta modificação é facilmente constatada em toda a parte ocidental do município, atravessada pela rodovia, particularmente na região que fica entre Corumbataí e Itapê; Corumbataí viu sua influência decrescer em favor de Rio Claro. Grande parte do transporte do leite é feito pela rodovia; os lavradores, utilizando-se da rodovia, compram mantimentos em Rio Claro; os lavradores que produzem arroz para o consumo, ao invés de enviar o produto para a máquina de beneficiar em Corumbataí, como faziam antes, mandam para Rio Claro por "jardineira", donde volta, beneficiado, pelo mesmo caminho.

A rodovia, neste caso, não só contribuiu para que as regiões por ela atravessadas se valorizassem, não só facilitou os transportes dessa área, como foi também um fator importante no decréscimo da influên-

cia de Corumbataí e, conseqüentemente, no decréscimo de sua importância.

Antes da existência da rodovia, os transportes faziam-se aproveitando a "Companhia Paulista de Estradas de Ferro" (linha tronco, bitola larga, na parte ocidental do município; ramal de Analândia, bitola estreita, na parte oriental, passando por Corumbataí), as estradas de Corumbataí para Rio Claro, Itirapina, Analândia, Leme, e, entre outras, a estrada entre Itapê e Corumbataí, a qual corta o município no sentido leste-ocste. Nesta dominavam os carreiros, os quais carregavam a produção para os pontos de embarque na ferrovia (principalmente para Corumbataí). Até mais ou menos 1947-1948, existiam em Corumbataí cerca de 20 carreiros (trabalhavam com carros de boi) e pouco menos em Itapê; hoje só existem dois. Isso é devido a dois fatores: 1.º — tendo sido geral nessa região (arredores de Itapê e Corumbataí, hoje zona leiteira) o abandono da lavoura comercial, os carreiros viram diminuir muito a quantidade de produtos a transportar; 2.º — com a chegada da rodovia São Paulo-Rio Preto, a função do caminhão cresceu em detrimento dos carreiros. Estes, naturalmente, tiveram que se dedicar a outras atividades (conhecemos criadores de vacas que, no passado, foram carreiros).

Com a rodovia, e conseqüente melhor ligação com Rio Claro, o caminho entre a "Fazenda dos Padres" e Corumbataí está praticamente abandonado e transitável apenas a cavalo. A não ser nas proximidades de Corumbataí, não possui sinais de reparação, tendo se transformado em uma seqüência de sulcos profundos nas partes altas e areiais nas partes baixas, que são invadidas pelas águas na época de chuvas. Tivemos ocasião de caminhar, entre a "Fazenda dos Padres" e Corumbataí, centenas de metros com água acima do joelho, num solo arenoso e fôlo.

Como podemos observar, a passagem da rodovia São Paulo-Rio Preto influiu decisivamente na situação de Corumbataí como centro regional, modificou em grande parte o sistema de vias utilizadas para o transporte e, com isso, ocasionou fortes transformações, fazendo com que algumas áreas se desenvolvam mais, enquanto outras acelerem o processo de decadência já mencionado.

VI — ÊXODO RURAL

Com a decadência do café, esgotamento das terras e conseqüente abandono da lavoura, com o desenvolvimento dos eucaliptais e aparecimento dos pastos, teve início na região de Corumbataí uma verda-

deira fuga da população dos campos e, mesmo, da população dos núcleos regionais. O abandono de lavouras, como a do algodoeiro, o quase desaparecimento do caféiro, a diminuição enorme da cultura do arroz, todas lavouras que requerem mão de obra numerosa, deu margem a que os braços sobrassem, pois as lavouras abandonadas, os eucaliptais e a criação de gado não forneceram substituição adequada à utilização de toda a mão de obra regional.

É sintomática a não existência de meeiros e "terceiros" na região, com a presença apenas de diaristas no corte de lenha. É que apenas os proprietários das terras ainda continuam a cuidar da lavoura ou de outra atividade e, mesmo assim, muitos deixam que um administrador cuide de suas propriedades. Por outro lado, são muitos os que vendem suas terras para deixar a região.

Os que se retiram, ou vão para Rio Claro e Santa Gertrudes, ou então procuram a cidade de São Paulo e o norte do Paraná. Conversamos com um lavrador com 14 filhos, cuja intenção era ir para São Paulo, atraído pelos ordenados das fábricas ou, senão, estabelecer-se no norte do Paraná. Soubemos de vários lavradores, ausentes da região no momento de nossa estadia ali, que tinham ido ao norte do Paraná para preparar o terreno para suas famílias.

De um modo geral, a fuga não é apenas o resultado das forças repulsoras da região, decorrentes da decadência; há também a atração que, sobre os lavradores, exercem grandes centros, como São Paulo, ou zonas rurais ricas, como o norte do Paraná.

As queixas dos lavradores da região quanto às suas condições de vida são generalizadas: culpa-se a terra "que não presta" e que, além de tudo, "está cansada"; culpa-se o governo que "tudo faz para o operário, nada fazendo para proteger o lavrador".

A idéia geral vigorante na região é que o habitante das cidades, o operário em particular, ganha bons ordenados, tem proteção contra acidentes, é aposentado quando velho, possui toda sorte de leis que o protege, além de ter todas as comodidades que um grande centro urbano pode oferecer. É de se notar que, mesmo pequenos criadores de vacas leiteiras, os que atualmente estão em melhores condições, vêm-se dominados por essa idéia de sair da região. De um dos antigos lavradores do lugar (mais de 30 anos na região), ouvimos o seguinte, com referência a essa fuga: "Que se vão para o Paraná, antes que a enxurrada os leve a todos". É sintomático, pois a erosão constitui um dos tantos fatores do êxodo.

Essa fuga é condicionada também pela pequena possibilidade que os pequenos proprietários têm de comprar adubos, maquinários, para melhor aproveitar o solo, combater a erosão, exterminar a

saíva e os inimigos da lavoura e do gado. Esse fato contribui também para o desaparecimento dos lotes de 10 ou menos alqueires; as propriedades vão se tornando maiores, em mãos de pessoas que têm recursos e podem combater as condições adversas da região, com maior sucesso.

Evidentemente, o êxodo acentua o traço de decadência do lugar. A área municipal de Corumbataí que, em 1950, tinha 3.800 habitantes, já possuiu mais que o dobro. Tanto nos núcleos (caso de Itapê), quanto na zona rural, são muitos os lavradores que desmontam suas casas para reconstruí-las em regiões próximas mais ricas (Santa Gertrudes e Rio Claro). Em Corumbataí, são muitas as casas vazias e, na zona rural, não é difícil encontrarmos casas do tipo das descritas por nós, completamente abandonadas, o mato tomando conta até do seu interior. São sintomas triste de um êxodo em processo que, na região, mais parece uma obsessão.

VII — O PROBLEMA DA EROSÃO

Em uma das vezes que estivemos no município de Corumbataí, a mais ou menos sete quilômetros de Itapê, no caminho para Corumbataí, atravessamos pequeno vale de ribeirão afluente do rio Pernambuco. Descemos uma vertente bem suave, para, em seguida, penetrarmos no leito que ocupa uma largura que varia de 8 a 15 metros; o leito é bem plano e as águas são espraçadas e razas. O ribeirão espraia-se por esse largo leito, que é repleto de longos e largos bancos de areia. Esses bancos mudam de posição com enorme rapidez. O volume de sedimentos carregados pelo ribeirão é tal, que a própria sedimentação influe na vazão das águas em certos trechos, para isso bastando a existência de um obstáculo qualquer. Isso dá a impressão, a quem olha para as razas águas do ribeirão, de estar vendo ondas em larga praia; é que ora o maior volume de água está em uma parte, ora em outra. Durante as maiores chuvas, é tanta a sedimentação, que se formam pequenos terraços de 1/2 a 1 metro de espessura, com sedimentos de granulação variada, que se depositam horizontalmente formando delgadas camadas de 1/2 a 5 cms. de espessura, com colorações diversas (brancas, tonalidades cinzas, pretas). Quando cessam as chuvas, as águas aprofundam-se, formam pequenos taludes nesses terraços, destruindo-os pouco a pouco. Quando passamos por esse ribeirão, tivemos que entrar na água, pois a pequena ponte, construída com apóio em atêrros, havia sido destruída pelas águas das chuvas. O atêrro, em grande parte já havia desaparecido e, nas pontas, estava se desbarrancando com extrema facilidade.

Essas considerações vêm a propósito da erosão na região. As águas constituem, com o seu poder de erosão, um dos maiores problemas com os quais se defronta o homem que ali vive. O terreno é facilmente erodido e o poder erosivo das enxurradas é notável; para isso, contribui em grande parte a natureza das rochas, o volume das águas (que, durante o verão, é muito grande) e a inexistência de cobertura vegetal. A água penetra nas camadas arenosas, contribuindo para os "desbarrancamentos" (abertura de grandes "vosso-rocas").

Tudo parece indicar que foi o homem que rompeu o equilíbrio da drenagem com o seu trabalho agrícola, tendo desencadeado a fúria da erosão e não tendo forças para contê-la. Tudo indica que, quando o homem penetrou na região com suas plantações de caféeiros, a erosão e sedimentação processavam-se com equilíbrio; os rios, córregos e ribeirões, particularmente os dois últimos, percorriam leitos relativamente encaixadas, com margens em barrancos (as primeiras pontes construídas na região, inclusive sobre o Corumbataí, ficavam com o piso 2, 3 e mais metros acima das águas, para isso não sendo necessário fazer aterros).

Com a destruição das matas para a formação dos cafezais e outras culturas, o equilíbrio da drenagem foi rompido; o volume das águas superficiais, na época das chuvas, aumentou extraordinariamente, em detrimento das que eram absorvidas pelos vegetais. Com o aumentar do volume das águas superficiais e, mesmo, das de infiltração (condicionando os "desbarrancamentos"), a erosão ficou mais pronunciada e os leitos dos cursos d'água começaram a ser colmatados pela areia. Com o passar dos tempos, os sedimentos arenosos acumulados nos leitos foram elevando o nível desses leitos, até transformá-los em leitos largos e arenosos, com aspecto de grande praia, por onde correm as águas razas dos cursos. Há trechos de cursos d'água em que esses leitos atingem dezenas e dezenas de metros de largura. Anualmente, na época das chuvas, esses leitos recebem novas e volumosas cargas de sedimentos. Sintomático é que pontes que se encontravam até 4 metros acima do nível das águas, hoje se veem quasi que ao nível dessas mesmas águas, sendo por elas recobertas nas grandes enchentes.

Atualmente, tudo quanto o homem faz contribui para piorar essa situação. Os caminhos quase sempre tornam-se verdadeiros ribeirões na época das chuvas; o leito dos caminhos aprofunda-se com o trabalho das águas, às vezes de metros. Vimos, entre Itapê e Corumbataí, como o homem muda o traçado dos caminhos, pois pouco a pouco o traçado anterior tornara-se uma verdadeira "garganta". Deve-se notar que, para acentuar esse fenômeno, muito contribui o

fato dos caminhos sempre serem construídos com o leito abaixo do nível geral do terreno que atravessa, donde ser sempre um captador de enxurradas. Uma trilha de gado, uma picada, um corte na estrada ou em alguma dependência do sítio, tudo contribui para que a água exerça um maior trabalho de erosão e aprofundamento de "buracões", com o surto e rápido desenvolvimento de "vossorocas".

O homem desencadeou a força das águas e, hoje, por não saber, não pode contê-la. Na própria rodovia São Paulo-Rio Preto, próximo da "Fazenda dos Padres", onde foi necessária a construção de longo atêrro, construído segundo as melhores normas técnicas, as águas cavaram profundos sulcos, embora a estrada esteja ladeada por tufos de erva cidreira e os taludes tenham sido plantados para melhor resistir à água.

Fica claro, portanto, o papel da erosão na decadência geral da região.

VIII — CONCLUSÕES

A região de Corumbataí é um excelente exemplo de tantas áreas do Estado de São Paulo que, tendo conhecido períodos de franca prosperidade, apresentam-se hoje com sinais de acelerada decadência.

Tendo seu povoamento se iniciado com a febre da formação de cafezais, a região sofreu todas as conseqüências acarretadas pelos processos de rotina que têm acompanhado essa cultura. As ruínas de vistosas sedes de antigas fazendas cafeeiras (Fazenda Boa Vista, a própria "Fazenda dos Padres"), encontradas na região, constituem bem o elemento indicador de uma prosperidade ilusória, logo afogada por inimigos tenazes que o homem não soube combater: esgotamento rápido do solo, que já era bastante pobre em muitas áreas, erosão, broca.

A substituição das grandes fazendas de café pelas pequenas propriedades policultoras, com a implantação de núcleos coloniais, revigorou momentaneamente a vida regional. Todavia, a atual situação demonstra que a experiência dos núcleos coloniais também não teve bons resultados. O pequeno proprietário pôde ir adiante enquanto encontrou no solo um elemento auxiliar; entretanto, quando teve necessidade de aprimorar os métodos, os processos, as técnicas de cultura, naufragou, ou porque não soube fazê-lo ou porque não pôde. A existência, na região, de lavradores de origem italiana, espanhola, polonesa, alemã, com uma certa tradição nas práticas agrícolas, nos faz crer que não foi a ignorância, mas a impossibilidade que o pequeno proprietário tem de adquirir maquinários, adubos, de arcar com as despesas de combate à erosão, que condicionaram a queda das atividades agrícolas.

A região de Corumbataí nos dá algumas lições, entre muitas outras de ordem secundária. Não é bastante a presença do colono estrangeiro para que uma região se desenvolva. Não é bastante a presença da pequena propriedade, apregoada por muitos, para que uma área torne-se próspera. Numa época em que muito se fala de reformas agrárias, é necessário frisar que, em certos casos, Corumbataí o atesta, a fragmentação da terra é um mal como o é em outros casos a presença da grande propriedade.

A maior parte dos elementos expostos neste trabalho é o resultado de pesquisas pessoais.

Muitas das conclusões a que chegamos foram em seguida confirmadas por dados estatísticos obtidos na prefeitura de Corumbataí. Entre esses dados, foram de especial valia os referentes ao "Cadastru Agrícola do Município" — ano de 1950.

Para a obtenção de alguns elementos referentes à Companhia "Pequena Propriedade", servimo-nos da "Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello Stato di S. Paulo", do Prof. Vincenzo Grossi, obra publicada em Roma, em 1905.